

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.528 - GO (2014/0083883-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : CLÁUDIO ANTÔNIO DE PADUA FREITAS  
**ADVOGADO** : FRANK ALESSANDRO CARVALHAES DE ASSIS E OUTRO(S) -  
GO016693  
**RECORRIDO** : RAPIDO ARAGUAIA LTDA  
**ADVOGADOS** : GABRIEL LOPES TEIXEIRA - GO005397  
LUIZ CLÁUDIO DA COSTA - GO018194

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno interposto pelo recorrente, mantendo a decisão que negou seguimento ao agravo instrumento, assim ementada (e-STJ fl. 436):

Civil e processual. Agravo de Instrumento. Recurso *secundum eventum litis*. Ilícito civil. Indenização. Alimentos provisionais. Valor fixo. Conversão para salários mínimos como forma de correção monetária. Vedação constitucional. Inaplicabilidade da Súmula 490 do STF. Seguimento negado ao agravo - art. 557, *caput*, CPC.

Nas razões recursais, o recorrente aponta violação dos arts. 273 e 475-Q, § 4º, do CPC/1973, sustentando a possibilidade de conversão da pensão por morte, estabelecida em valor fixo ser convertida em salários mínimos, tendo em vista que o índice de correção monetária não seria suficiente para recompor o montante devido. Destacou (e-STJ fl. 490):

O juízo singular rejeitou a conversão em salários mínimos e aplicou como fator de correção o índice oficial do INPC (fl. 26). Assim, como na hipótese do presente caso é autorizada a fixação em salário mínimo, pelo fato de se tratar de pensionamento decorrente de indenização por ato ilícito, de natureza alimentar, foi interposto agravo de instrumento ao TJGO, pois o fator de correção aplicado não corresponde à recomposição do poder de compra da moeda para suprir seu caráter alimentício.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

O entendimento adotado pelo TJGO quanto ao indeferimento da conversão do valor da pensão mensal para salários mínimos coincide com a jurisprudência do STJ que,

embora reconheça a possibilidade de fixar alimentos com base no salário mínimo, veda sua utilização como índice de correção monetária, tal como pretende o recorrido. Nesse sentido:

CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PENSÃO MENSAL. SALÁRIO MÍNIMO. DPVAT. ABATIMENTO. DECISÃO *EXTRA* OU *ULTRA PETITA*. COMPETÊNCIA DA CORTE ESPECIAL RESTRITA À APRECIÇÃO DA SUPOSTA DIVERGÊNCIA ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO, PROFERIDO PELA 4ª TURMA, E ARESTOS DA 1ª E 2ª TURMAS DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE DOS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO DETERMINOU QUALQUER CORREÇÃO MONETÁRIA DA PENSÃO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO. EMBARGOS LIMINARMENTE INDEFERIDOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O fundamento dos Embargos do art. 546 do CPC e do art. 266 do RISTJ é a divergência de entendimento jurídico manifestado pelas Turmas ou Seções deste Tribunal em face de uma mesma situação fática ou jurídica, porque, por óbvio, se forem diversas as circunstâncias concretas da causa ou as questões jurídicas em discussão, não pode ser reconhecida a dissidência interpretativa anunciada no recurso.

2. Na hipótese, o acórdão embargado encontra-se em consonância com a orientação desta Corte, no sentido de ser admissível a fixação do valor da pensão mensal tomando como referência o valor do salário, vedada apenas a sua utilização como índice de correção monetária.

3. Ressalte-se que não houve qualquer determinação de que a correção monetária fosse feita utilizando-se como parâmetro o salário mínimo, como quer fazer crer a Agravante.

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg nos EREsp 1191598/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/08/2014, DJe 01/09/2014)

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator